

Ulysses evita críticas a Sarney mas ataca Saulo Ramos

JOÃO BATISTA NATALI

Enviado especial a Brasília

Durante os 104 minutos de sua entrevista de ontem de manhã a 61 jornalistas como presidente do Congresso constituinte, Ulysses Guimarães, 71, evitou sistematicamente criticar o presidente José Sarney em razão de atos administrativos, por ele baixados, que atropelam as atribuições que a nova Constituição transfere para a Câmara e o Senado. Tão logo terminado seu encontro com o numeroso grupo de repórteres, Ulysses se limitou a responsabilizar o consultor-geral da República, Saulo Ramos, pela batelada de decretos publicados nesses dias que precedem à promulgação do texto constitucional.

"Ele está exorbitando de suas funções. Ele tem que se reportar ao presidente e está falando demais", disse o deputado, enquanto caminhava do plenário do Senado para o elevador privativo, uns minutos antes de embarcar, em seu Landau negro, rumo ao Palácio da Alvorada onde almoçaria com Sarney.

A Folha apurou que o esforço de Ulysses em preservar o presidente foi estimulado por um telefonema que o próprio Sarney lhe dera,

domingo à tarde, de sua fazenda de São José do Pericumã. Até então, atribuía-se ao presidente da Câmara e do PMDB o plano de, ao participar domingo à noite da abertura da Conferência Nacional da OAB, em Porto Alegre (RS), responder em termos duros aos decretos que os constituintes consideram uma afronta. Foi essa, aliás, a indicação sobre o provável comportamento de Ulysses, fornecida na última sexta-feira por seu braço direito e coordenador de sua campanha presidencial, o ex-ministro da Previdência Renato Archer.

"Imobilismo"

Após o telefonema de Sarney, o presidente do Congresso constituinte contentou-se, em Porto Alegre, a se referir a Saulo Ramos, a quem não citou nominalmente, como um dos "arautos do imobilismo". E ontem, na entrevista coletiva, qualificando erroneamente Ramos de "procurador", afirmou que ele deveria aguardar a promulgação da nova Carta e levar suas propostas ao conhecimento do presidente da República.

Ulysses manteve um suspeito e diplomático silêncio quando, já cercado por um grupo reduzido de

jornalistas, foi indagado sobre a cumplicidade de Sarney, já que a assinatura dele também constava dos decretos estampados no "Diário Oficial da União".

Durante a coletiva — em que o chefe do cerimonial exigiu as perguntas por escrito, e na qual cada órgão de informação só pode credenciar um repórter —, em lugar do silêncio, prevaleceram as respostas propositalmente evasivas.

Indagado, por exemplo, sobre as mais de mil nomeações de servidores, sem o concurso público que a nova Constituição torna compulsório, disse não ter podido acompanhá-las, por estar excessivamente mergulhado em seu afazeres oficiais.

Foi igualmente vago quando perguntado sobre a manutenção, com sua antiga estrutura e nova denominação, do Conselho de Segurança Nacional, ou sobre a validade dos últimos compromissos internacionais sobre a dívida externa. O único momento em que Ulysses foi claramente enfático não disse respeito, sintomaticamente, a uma questão de política interna. Defendeu, com a oratória de um tribuno engajado, o retorno da democracia no Chile.